



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE JORNALISMO

ANA CAROLINA PRIETO NOGUEIRA

Gênero e deficiência

FLORIANÓPOLIS (SC)
2017

ANA CAROLINA PRIETO NOGUEIRA

Gênero e deficiência

PROJETO de Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo, do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a aprovação na disciplina **Técnicas de Projetos em Comunicação**, ministrada pela **Profa. Gislene Silva**, primeiro semestre de 2017.

ORIENTADORA INDICADA: Profa. Daiane Bertasso

FLORIANÓPOLIS (SC)
2017

	FICHA DO TCC Trabalho de Conclusão de Curso - JORNALISMO UFSC		
ANO	2017		
ALUNO	Ana Carolina Prieto Nogueira		
TÍTULO	Gênero e deficiência		
ORIENTADOR	Daiane Bertasso		
MÍDIA	<input checked="" type="checkbox"/>	Impresso	
	<input type="checkbox"/>	Rádio	
	<input type="checkbox"/>	TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/>	Foto	
	<input type="checkbox"/>	Web site	
	<input type="checkbox"/>	Multimídia	
CATEGORIA	<input type="checkbox"/>	Pesquisa Científica	
	<input type="checkbox"/>	Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/>	Produto Institucional (assessoria de imprensa)	
	<input checked="" type="checkbox"/>	Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input checked="" type="checkbox"/>	Reportagem livro-reportagem ()	(X) Florianópolis () Brasil () Santa Catarina () Internacional () Região Sul País: _____
ÁREAS	deficiência; gênero; mulher; violência; preconceito		
RESUMO	<p>Pesquisas mundiais apontam que mulheres com deficiência, seja física ou mental, são mais suscetíveis a sofrer violência de gênero, como estupro, cárcere privado e privação de atendimento. A pauta é pouco abordada na mídia e permanece invisível também em movimentos sociais, até mesmo dentre os feministas. Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma reportagem impressa para revista que, a partir do depoimento de quatro mulheres com deficiência na região de Florianópolis, aborda a intersecção entre feminismo e deficiência e relata como é a luta dessas mulheres na obtenção de seus direitos e na proteção contra a discriminação. Como fontes são ouvidas mulheres com deficiência, maiores de 18 anos, que tenham vivido situações de violência de gênero, além de integrantes de suas famílias e especialistas da área como antropólogos, psicólogos e sociólogos. Entre as questões da pauta são abordados temas como preconceito, capacitismo, machismo e violência de gênero.</p>		

SUMÁRIO

1 EMENTA DO PROJETO	4
2 RESUMO	5
3 DESCRIÇÃO	6
3.1 Contextualização	6
3.2 Justificativas	11
3.2.1 Tema e mídia	11
3.2.2 Local	14
3.3 Processos de Apuração	15
3.3.1 Apuração.....	15
3.3.2 Fontes	16
3.4 Estrutura do texto.....	17
4 CRONOGRAMA	19
5 ORÇAMENTO	20
6 FINALIDADES	20
6.1 Produto jornalístico	20
6.2 Crescimento profissional	21
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	22
8 BIBLIOGRAFIA A SER LIDA	23
9 ANEXOS	24

1. EMENTA DO PROJETO

- 1.a. Título provisório do projeto: Gênero e deficiência
- 1.b. Natureza do projeto: Grande reportagem impressa para revista
- 1.c. Aluna responsável: Ana Carolina Prieto Nogueira
- 1.d. Suporte do projeto: Impresso
- 1.e. Instituições envolvidas e equipe: Universidade Federal de Santa Catarina, Ana Carolina Prieto Nogueira
- 1.f. Semestre programado para realização: 2017/2
- 1.g. Custos e fontes de financiamento: R\$ 304,90 pagos pela aluna
- 1.h. Indicação da professora-orientadora: Daiane Bertasso

2. RESUMO

Pesquisas mundiais apontam que mulheres com deficiência, seja física ou mental, são mais suscetíveis a sofrer violência de gênero, como estupros, cárcere privado e privação de atendimento. A pauta é pouco abordada na mídia e permanece invisível também em movimentos sociais, até mesmo dentre os feministas. Este Trabalho de Conclusão de Curso é uma reportagem impressa para revista que, a partir do depoimento de quatro mulheres com deficiência na região de Florianópolis, aborda a intersecção entre feminismo e deficiência e relata como é a luta dessas mulheres na obtenção de seus direitos e na proteção contra a discriminação. Como fontes são ouvidas mulheres com deficiência, maiores de 18 anos, que tenham vivido situações de violência de gênero, além de integrantes de suas famílias e especialistas da área como antropólogos, psicólogos e sociólogos. Entre as questões da pauta são abordados temas como preconceito, capacitismo, machismo e violência de gênero.

Palavras-chave: deficiência; gênero; mulher; violência; preconceito;

3. DESCRIÇÃO DO PROJETO

3.1 Contextualização

Estudos da área de Ciências Humanas e Sociais apontam a necessidade de se articular categorias de gênero com classe, raça/etnia, geração, orientação sexual, religião, entre outros (MELLO; NUERNBERG, 2012), a fim de se produzir um material capaz de entender a especificidade de cada grupo. A intersecção entre gênero e deficiência, apesar dos esforços de pesquisadores em divulgar e estudar o assunto, ainda é pouco abordada na mídia e muitas vezes esquecida em movimentos sociais importantes, como no caso do feminismo.

No Brasil, de acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), existem 45,6 milhões de pessoas que alegaram alguma deficiência, sendo que 25 milhões são mulheres, portanto mais da metade. Por ser um tema ainda pouco debatido na mídia, na academia brasileira e também nas instituições de saúde e proteção à mulher, não existe uma pesquisa que aponte o quanto essas mulheres brasileiras já sofreram com a violência de gênero.

Porém, existem dados que mostram que os números deveriam aparecer nos noticiários e chamar a atenção das autoridades responsáveis. Em dezembro de 2016, durante uma audiência pública com a participação das comissões de Defesa dos Direitos da Mulher e de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, foram apresentados dados obtidos pelas duas entidades: 68% das denúncias de violência a pessoas com deficiência se referem a mulheres, e tratando-se de violência sexual, esse número chega a 82%.

O Relatório Mundial Sobre Deficiência, divulgado em 2011, indicou que mulheres e meninas com deficiência têm três vezes mais probabilidade de sofrer violência de gênero em comparação às mulheres e meninas sem deficiência. O problema se estende ainda mais se separarmos os tipos de deficiência: mulheres com deficiência física e visual têm duas vezes mais probabilidade; com deficiência auditiva cinco vezes mais. O caso mais emblemático é o de mulheres com deficiência intelectual ou múltipla: nove vezes mais vulneráveis.

A violência de gênero pode ser expressa de diversas formas, sendo física, psicológica, moral, entre outros. Em 1993 a Organização das Nações Unidas, por meio da Declaração sobre a Eliminação da Violência contra Mulheres, definiu a violência de gênero da seguinte forma:

Artigo 1: O termo “violência contra mulheres” significa qualquer ato de violência baseada no gênero que resulte, ou provavelmente resulte, em dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico para as mulheres, incluindo ameaças de tais atos, coerção ou privação arbitrária de liberdade, que ocorram em público ou na vida particular.

Artigo 2: A violência contra mulheres será entendida como aquela que abrange os seguintes tipos, sem se limitar a estes: Violência física, sexual e psicológica que ocorra na família, incluindo agressão, abuso sexual de meninas no lar, violência relacionada com o dote, estupro cometido pelo marido, mutilação de genitais femininos e outras práticas tradicionais danosas para mulheres, violência cometida por pessoa não-cônjuge e violência relacionada com a exploração; Violência física, sexual e psicológica que ocorra na comunidade geral, incluindo estupro, abuso sexual, assédio sexual e intimidação no trabalho, em instituições educacionais e outros lugares, tráfico de mulheres e prostituição forçada; Violência física, sexual e psicológica perpetrada ou deixada ocorrer pelo Estado, onde quer que ela ocorra (ONU, 2003).

Outro dado alarmante é o divulgado pelo relatório sobre violência de gênero e deficiência da International Network of Women with Disabilities (INWWD), formada em 2008 e composta por organizações, grupos e redes de mulheres com deficiência em âmbito internacional, apontou que 40% das mulheres com deficiência em todo o mundo são vítimas de violência doméstica e 12% são vítimas de estupro. No documento, traduzido por Romeu Kazumi Sasaki, consta uma lista de violência que mulheres com deficiência sofrem, sendo abaixo registrada alguma delas:

Isolamento forçado, confinamento e ocultação dentro da casa da própria família; retenção de aparelhos de mobilidade, equipamentos de comunicação ou medicação que a mulher toma voluntariamente; colocação de mulheres em desconforto físico ou em situações constrangedoras por longo período de tempo; ameaças de abandono cometidas por cuidadores; estupro e abuso sexual cometidos por membro da equipe ou por outro paciente internado em instituições; aborto forçado e esterilização forçada (INWWD, 2011, p. 5).

Uma das principais explicações para a vulnerabilidade da mulher com deficiência, como exposto no relatório da INWWD, é a forma como a deficiência ainda

é vista em nossa sociedade. Pessoas com deficiência são, com frequência, consideradas pela sociedade como sendo “não completamente humanas e de menos valor. (...) A ausência de representações de sua identidade favorece a percepção de que se pode abusar delas sem remorso ou peso na consciência”.

Algumas sociedades inclusive chegaram a considerar a deficiência como um castigo divino e outras até mesmo a crer que a deficiência pudesse ser contagiosa para outras pessoas. Ainda hoje, sociedades podem ver a pessoa com deficiência como um objeto de caridade ou pena, e não como uma pessoa que seja digna de direitos iguais aos de pessoas sem deficiência, como aponta Wendell (1996).

As sociedades foram fisicamente construídas e organizadas com a ideia de que todos e todas são saudáveis, jovens, sem deficiência, formados de acordo com ideias culturais, e, de preferência homens, criando uma grande ideia de deficiência, negligenciando o que a maioria das pessoas precisa para participar completamente nela (Wendell, 1996, p. 39).

A complexidade do assunto se expande ao unir deficiência e gênero e identificar como essas mulheres podem sofrer diversos tipos de violência associados à sua deficiência. A vulnerabilidade se apresenta na soma de dois fatores de exclusão na sociedade: o gênero feminino e a deficiência. Apesar dos esforços feministas e da luta das mulheres pelos seus direitos, elas ainda são vistas como inferiores sendo conhecidas, no popular, como “sexo frágil”.

Dessa forma, mulheres com deficiência carregam consigo o peso de dois fatores de exclusão, o que as torna mais suscetíveis a sofrer preconceito, exclusão e violência:

[...] as mulheres com deficiência estão em dupla desvantagem devido a uma complexa combinação de discriminação baseada em gênero e deficiência. Consequentemente, enfrentam uma situação peculiar de dupla vulnerabilidade, que se torna ainda mais complexa a partir da incorporação das categorias de raça/etnia, classe, orientação sexual, geração, região e religião (MELLO; NUERNBERG, 2012, pgs. 639 e 640).

A dupla vulnerabilidade se intensifica a partir das barreiras que essas mulheres encontram na hora de denunciar os seus agressores ou até mesmo na dificuldade de reconhecer os seus direitos e lutar por estes. Em muitos casos, agressores têm a sensação de que seus atos não serão descobertos, visto a dependência dessas mulheres a outras pessoas, em alguns casos uma dependência do seu próprio agressor.

Mulheres com deficiência também são, com frequência, menos capazes de se defender. Outro problema está na dificuldade de acesso à informação sobre como se proteger contra as diversas formas de violência as quais estão sujeitas, o que dificulta na hora de realizar uma denúncia. Porém, há casos em que, mesmo realizada a denúncia, essas mulheres não têm os seus depoimentos legitimados justamente por serem deficientes. É o que também apontam Mello e Nuernberg (2012):

O isolamento social, a dependência de educadoras/es, cuidadoras/es e prestadoras/es de serviços, o tipo de deficiência e o grau de funcionalidade associada à deficiência, a impossibilidade de defesa física de algumas pessoas com deficiência e diversos outros impedimentos à percepção e à reação diante do abuso levam a situações de maior risco desse grupo social (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 647).

Outra forma de violência de gênero a qual mulheres com deficiência estão submetidas é a respeito da sua sexualidade. Mulheres com deficiência são vistas como “anomalias”, muitas vezes sendo questionadas se sua vida sexual existe ou se é possível que estas mulheres tenham relação sexual. Além disso, a sociedade olha para as mulheres com deficiência com pena e as coloca em um papel social de fragilidade.

Essa violência pode ser ilustrada por meio de uma notícia veiculada no dia 11 de abril de 2017, no site do Paparazzo, vinculado ao grupo Globo de mídia. A matéria trata do ensaio sensual da ex-participante do reality show Big Brother Brasil, Marinalva Silva, que teve de amputar a perna esquerda após um acidente de moto. A matéria mescla a notícia de seu ensaio para o Paparazzo com a história de denúncia de violência doméstica sofrida pela paratleta.

É possível ver nos comentários o quanto a sexualidade da mulher com deficiência é negada: “*Não vamos ser hipócritas aqui, muito estranho ela fazendo foto nua com essa prótese!!quem sabe, seria mais bacana ela com um vestido longo !!*” escrito pelo usuário “Leo Siq” e curtido mais de 300 vezes.

Já o usuário Jose escreveu assim: “*SÓ ME FALTAVA ESSA AI , OLHA CHEGAMOS AO FINAL DA CANALHICE. TENHA SENSO DE RIDICULO (sic)*”. Paulo Silva comentou: “*Linda a história dela e tudo mais, ok. Mas daí a ir parar no paparazzo, tentando parecer sensual? Aí não né, meu patrão.*”

Comentários como os expostos acima mostram o quanto nossa sociedade ainda precisa evoluir em relação ao preconceito com pessoas com deficiência, além de parar de reproduzir discursos que legitimam a violência contra mulheres com deficiência.

Os esforços para que a violência contra pessoas com deficiência, e consequentemente contra as mulheres com deficiência, tem recebido atenção do nosso governo nas últimas décadas. Um dos principais passos ocorreu em março de 2007, quando o Brasil se tornou um dos países signatários da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

A partir dessa iniciativa, o país começou a adaptar e criar leis para se adequar aos acordos propostos pela Convenção que reafirma que a deficiência é um tema de direitos humanos. Os Estados participantes da Convenção reconhecem que a experiência da deficiência se inicia a partir do momento em que o indivíduo encontra barreiras na sociedade e, portanto, reconhece a importância de princípios e diretrizes das políticas acerca do tema.

No que tange a violência e principalmente a violência de gênero, o Artigo 16 da Convenção diz:

Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas de natureza legislativa, administrativa, social, educacional e outras para proteger as pessoas com deficiência, tanto dentro como fora do lar, contra todas as formas de exploração, violência e abuso, incluindo aspectos relacionados a gênero (p. 40).

A Convenção também aponta que os Estados participantes devem promover a recuperação física, cognitiva e psicológica de pessoas com deficiência que forem vítimas de qualquer forma de violência, exploração ou abuso. Serviços de proteção também devem ser oferecidos quando necessário e a recuperação e reinserção deverão ser feitas em ambientes que promovam a saúde, o autorrespeito, a dignidade e a autonomia da pessoa.

Além das Leis que protegem as pessoas com deficiência, o Brasil também conta com a Lei n. 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha, que protege mulheres contra violência de gênero, como violência doméstica, agressão, estupro entre outros. No Artigo 44, que trata de violência contra mulheres que possuem algum parentesco com o agressor, seja irmã, cônjuge ou alguma relação doméstica, caso essa mulher possua deficiência, a pena – que varia de 3 meses a 3 anos – será aumentada em um terço.

Mas, apesar dos esforços da Legislação Brasileira em proteger as mulheres e também incluir as mulheres com deficiência, a realidade é diferente do previsto no papel. É importante ressaltar que todas as violências citadas neste trabalho são semelhantes às que outras mulheres sofrem, mas possuem particularidades que tornam o assunto diverso e, portanto, necessário de ser debatido em sua especificidade.

3.2 Justificativas

3.2.1 Tema e mídia

Apesar dos dados ainda serem escassos, é possível perceber que o tema é passível de se tornar pauta em grandes mídias brasileiras, o que não vem ocorrendo. A dificuldade de se abordar esta intersecção entre gênero e deficiência parte, inicialmente, da perspectiva de tratar de pessoas com deficiência na mídia brasileira. É comum, ao escutarmos ou lermos algum material sobre o tema, nos depararmos com a narrativa tradicional de superação das pessoas com deficiência, transformando a imagem dessas pessoas em heróis inquestionáveis (LAICO et, al. 2003).

Na pesquisa intitulada “Mídia e deficiência”, desenvolvida em 2003 pela Fundação Banco do Brasil, um dos problemas apontados foi a falta de diversidade de fontes em reportagens e notícias que abordavam o tema deficiência: mais de 60% das matérias veiculadas em jornais brasileiros costumam se restringir a apenas uma fonte, o que indica uma perda de oportunidade da mídia em abordar temáticas diversas e ampliar o seu discurso acerca do tema.

Por entender que o jornalismo possui uma função social e que as notícias são responsáveis por construir novas realidades e novas ressignificações (PENA, 2015), torna-se importante dar voz às pessoas com deficiência a fim de que estas consigam buscar os seus direitos e exercer a sua cidadania. Para Gentilli (1995), “o acesso à informação jornalística, por parte do cidadão, pode potencialmente vir a consistir num direito que assegura outros direitos e confere condições de igualização de sujeitos”.

A criação do corpo deficiente como uma anomalia e/ou um desvio do padrão surgiu no Século XVIII, e desde então essa ideia ainda é difundida e encontra fortes barreiras para ser destruída. Hoje, ser deficiente é experimentar um corpo fora da norma. (DINIZ, 2007). O jornalismo corrobora com essa construção quando reproduz a “teoria da tragédia pessoal”, ao enfatizar o fator vítima de pessoas com deficiência ou,

ao exaltar seus feitos - “apesar de ser uma pessoa com deficiência” - e classificá-la como “herói” ou “heroína”. Como complementa Mello e Nuernberg (2012):

Cumpre destacar que, seja como um dado empírico ou um signo concebemos o fenômeno da deficiência como um processo que não se encerra no corpo, mas na produção social e cultural que define determinadas variações corporais como inferiores, incompletas ou passíveis de reparação/reabilitação quando situadas em relação à corponormatividade, isto é, aos padrões hegemônicos funcionais/corporais (MELLO; NUERNBERG, 2012, p. 636).

Dessa forma, é preciso construir novos discursos na mídia, a fim de que essas pessoas sintam-se contempladas e reconhecidas. É com o envolvimento de setores da sociedade, como o jornalismo, que as barreiras discriminatórias contra essas pessoas podem cair. Um dos meios de se fazer isso é abordando os problemas que essas pessoas enfrentam dia após dia, sejam as barreiras arquitetônicas, seja a exclusão e a violência sofridas. Porém, é preciso que isto seja feito a partir da ótica de que essas pessoas são igualmente capazes e não da ótica dicotômica entre normal e anormal.

Segundo Mello e Nuernberg (2012), “as experiências de opressão vivenciadas pelas pessoas com deficiência não estão na lesão corporal, mas na estrutura social incapaz de responder à diversidade, à variação corporal humana”. Assim, a deficiência da pessoa não está na sua surdez ou cegueira, mas sim nas barreiras em que encontra na sociedade vigente. O jornalismo é ponto crucial para que a população entenda isso e desmistifique a anormalidade de uma pessoa com deficiência.

Partindo da necessidade de se mudar o discurso jornalístico sobre pessoas com deficiência, é importante divulgar que mulheres com deficiência sofrem duplo preconceito. Além da sua vulnerabilidade pelo gênero, elas também sofrem com a exclusão da vida social, do emprego e também da sua feminilidade. Como apontam Mello e Nuernberg (2012), uma das justificativas para que esse assunto ainda seja pouco divulgado no Brasil é a condição da mulher com deficiência de serem “o tempo todo interpeladas a responderem primeiro às demandas desde seu lugar ou condição de deficiência, negligenciando ou deixando à margem seus outros sujeitos políticos”.

Por se tratar de uma intersecção pouco abordada no feminismo atuante, é necessário debater o assunto em um espaço de grande fôlego para se abordar e contextualizar o assunto. Assim, o formato em grande reportagem foi escolhido por dois motivos: a possibilidade de praticar uma escrita mais literária e pela afinidade da repórter com o formato impresso.

Abordar a vida de mulheres que sofreram com violência de gênero além do preconceito com as suas deficiências, torna o assunto amplo e apto a um maior envolvimento entre fontes e repórter. Como destaca Kotscho (1995):

A grande reportagem rompe todos os organogramas, todas as regras sagradas da burocracia – e, por isso mesmo, é o mais fascinante reduto do Jornalismo, aquele em que sobrevive o espírito de aventura, de romantismo, de entrega, de amor pelo ofício (p.71).

Reportagens que abordam a temática da deficiência tendem a tratar da superação e do estigma de super-herói que essas pessoas carregam. Raras são às vezes em que se tem um contexto da deficiência, de suas consequências e da vida rotineira dessas pessoas, que são seres humanos – muitas vezes esquecidos dessa condição. A escolha do formato impresso também se deve à necessidade de não expor às mulheres no formato de vídeo, de forma que estas se sintam confortáveis apenas conversando com a autora. É possível que algumas histórias contenham um teor sentimental forte e, assim, o texto escrito pode traduzi-los sem que exista a necessidade de exposição das entrevistadas.

Pensando no papel social do jornalista (PENA, 2015) e na sua posição de privilégio em poder divulgar histórias e torná-las acessíveis a públicos leigos, optou-se por desenvolver uma grande reportagem impressa sobre o tema. São mais de 25 milhões de mulheres no Brasil que convivem hoje com a deficiência e que podem passar por situações de violência de gênero sem ao menos saber os seus direitos nessa situação. Dessa forma, abordá-las e contar suas histórias foi a maneira escolhida para incentivar o debate acerca do tema proposto.

O grande desafio, na verdade, é que no momento em que a imprensa tomar consciência da necessidade de evitar abordagens superficiais sobre a questão da Deficiência terá dificuldades em cumprir essa meta, porque simplesmente não sabe como fazer isso (FALCO et al., 2003, p.10).

Para se criar novos discursos, existe uma necessidade de articular esforços para se capacitar jornalistas e permitir que estes incluam em suas agendas a pauta de pessoas com deficiência. Este é um dos objetivos deste trabalho de conclusão de curso.

A escolha do tema baseia-se, portanto, em três pontos: primeiramente, a escassez de reportagens e materiais jornalísticos que abordem a intersecção entre deficiência e

violência de gênero de forma ampla, objetiva e respeitosa a todo o público. O segundo motivo parte de uma perspectiva pessoal, uma vez que em toda a trajetória da autora no Jornalismo da UFSC desenvolveu pautas sobre pessoas com deficiência. Ao entrar em contato com as mais diversas histórias e sentir que, durante a convivência com essas pessoas, elas se sentiam confortáveis e propensas a divulgar suas histórias.

Por último, a questão social envolvida no tema remete à função em que acredito ser o cerne do jornalista, na qual o jornalista tem a função de atender as demandas de cidadania e democratização da informação para um maior esclarecimento da sociedade (PENA, 2015). Dessa forma, é possível, através de uma grande reportagem, tocar o público acerca da temática e abordar pontos como: os direitos das mulheres, a contextualização do problema e maneiras de reagir a eles.

O objetivo desta grande reportagem é dar voz às mulheres que sofrem ou sofreram violência de gênero ao longo de suas vidas. A expectativa é de que exista um envolvimento entre fontes e repórter, a fim de construir uma grande reportagem que transborde através da realidade destas mulheres. A objetividade estará presente, mas sem esquecer-se da subjetividade da autora e de suas entrevistadas:

Tristeza e alegria. Estes sentimentos se alternam nos trabalhos de cobertura, e não há como o repórter ficar insensível -- nem deve. Afinal, ele é antes de mais nada um ser humano igual aos seus leitores, e precisa transmitir não só as informações, mas também as emoções dos acontecimentos que está cobrindo. Informação e emoção são as duas ferramentas básicas do repórter, e ele terá que lutar sempre consigo mesmo para saber dosá-las na medida certa em cada matéria. (KOTSCHO, 1995, p. 32)

Assim, busca-se romper o que a exploração da mídia explicita: o antagonismo normal versus anormal, remetendo, por meio do desvio, o olhar das pessoas para a noção de normalidade. Ao evidenciar o que o princípio da anormalidade teria de “ruim”, a mídia está automaticamente estabelecendo um limite entre o desejável e o indesejável, o certo e o errado, o permitido e o não permitido.

3.2.2 Local

Como dito anteriormente, o assunto tema deste trabalho é pouco debatido em nossa mídia e não possui muitas pesquisas e levantamentos acerca dele. Assim, não existe um dado que aponte a violência de gênero com mulheres com deficiência no estado de Santa Catarina ou sequer no Brasil.

Apesar disso, é possível identificar como o estado possui um vasto histórico de violência de gênero, com 2016, por exemplo, marcando 48 mil registros de violência contra a mulher, o que equivale a uma média de 131 casos por dia. Em 2015, foram consumados mais de 2 mil estupros no estado catarinense. Florianópolis lidera, ao lado de Joinville, a lista com 147 registros no ano passado.

O número de pessoas com deficiência em Santa Catarina chega a 1.331.445, de acordo com o Censo 2010 do IBGE, o que representa cerca de 21% de toda a população do estado. Florianópolis apresenta, ainda de acordo com o Censo 2010, cerca de 105 mil pessoas com algum tipo de deficiência, seja visual, auditiva, motora, mental e/ou intelectual em diversos graus.

3.3 Processos de Apuração

3.3.1 Apuração

A apuração será realizada na cidade de Florianópolis, com possibilidade de ampliação para as cidades da Grande Florianópolis, como São José e Palhoça. Durante a apuração, serão ouvidas mulheres com deficiência, maiores de idade, que sofreram ou sofrem algum tipo de violência de gênero, além de integrantes de suas famílias e especialistas da área, como sociólogos, psicólogos e antropólogos.

O foco deste trabalho são as mulheres e suas vivências e, portanto, elas serão as fontes principais da reportagem. O ideal é que todas as entrevistas sejam feitas presencialmente e em mais de um encontro, para que possa ser construída uma relação de confiança entre repórter e fontes. É necessário que as entrevistas sejam realizadas em ambientes em que essas fontes se sintam confortáveis, uma vez que os assuntos abordados podem causar mal-estar e lembranças de momentos difíceis vividos pelas mulheres.

Pretende-se que todas as entrevistas sejam conduzidas com o auxílio de um gravador de voz (exceto quando este não for permitido), para que a repórter se atenha aos depoimentos e não se preocupe com a anotação de informações. Dessa forma, prioriza-se o depoimento e a relação de diálogo entre fonte e repórter.

As entrevistas com especialistas não servirão para sustentar os seus depoimentos e sim para denunciar o que acontece na sociedade. Os depoimentos das mulheres por si

só devem sustentar a reportagem, uma vez que o objetivo deste trabalho é dar voz a estas mulheres.

Um dos pontos cruciais para as entrevistas com especialistas é aprender e entender a melhor maneira de abordar estas mulheres e se inteirar o máximo possível no contexto do tema, como Nilson Lage explica em seu livro:

A Teoria da Cognição sustenta que, para transmitir o conhecimento de algo, é preciso entender esse algo -- isto é, construir um modelo mental dele. Um modelo mental é uma estrutura incompleta, aproximada e referida a um contexto cultural que é o acervo da memória. Isto significa que um repórter de política nacional, por exemplo, não precisa ser um cientista político (e, se for, usará em seu trabalho muito pouco da ciência política que aprendeu), mas deve dispor do máximo de informações sobre a história recente, a organização do Estado e a natureza dos fatos políticos (LAGE, 2001, p. 112).

Assim, as entrevistas com fontes oficiais serão utilizadas como uma das bases principais para realizar entrevistas que contenham linguagem adequada ao tema, além de poder trabalhar diversos aspectos da violência e de suas consequências com as entrevistadas. Pretende-se assim, colaborar com a representatividade do assunto na mídia.

3.3.2 Fontes

Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD

Avenida Mauro Ramos, 224, Sobreloja

Centro – Florianópolis – SC

Telefone: (48) 3251-6251

E-mail: cmdpdfloripa@outlook.com

Núcleo de Estudos sobre Deficiência da UFSC – NED

Campus Trindade, UFSC

Fone: +55 (48) 3721-8609

E-mail: ned@cfh.ufsc.br

Anahi Guedes de Mello

Mestre em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela mesma universidade. Atualmente é

doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFSC, pesquisadora vinculada ao Núcleo de Identidades de Gênero e Subjetividades (NIGS), do Departamento de Antropologia da UFSC; e ao Núcleo de Estudos sobre Deficiência (NED), do Departamento de Psicologia da mesma universidade.

E-mail: anahigm75@gmail.com

Centro de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência – CREMV

Endereço: Rua: Delminda da Silveira s/nº- Fundos da Promenor e ao lado da 6ª Delegacia de Polícia da Capital- Bairro: Agrônômica – Florianópolis/SC.

Telefone: 3224-7373 e 3224-6605

Email: cremvfloripa@gmail.com

Mariana Torquato

Youtuber, dona do canal “Vai uma mãozinha ai?”, que nasceu com uma má formação no braço direito, fala abertamente sobre a deficiência, preconceito e violência de gênero no seu canal. É uma das expoentes sobre o assunto.

Facebook: <https://www.facebook.com/maritorquato>

Email:

Coletivo Inclusivass

Coletivo criado na Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS) que aborda a intersecção entre gênero e deficiência. São responsáveis por eventos, congressos e palestras sobre o assunto.

Facebook: <https://www.facebook.com/Inclusivass/>

Laura Flores

Laura é formada em educação física na Udesc e sempre praticou esportes, principalmente a dança. Aos 26 anos, ela descobriu uma doença neurológica raríssima – detectada em apenas 300 pessoas no mundo. A Síndrome de Susac trouxe consequências severas para Laura, como problemas na audição, na visão, além de dificuldades locomotoras que a afastaram da dança por mais de cinco anos. Autora de um livro sobre sua história, Laura ainda é palestrante e aborda o tema da deficiência.

Facebook: <https://www.facebook.com/lauraflores.suave>

3.4 Estrutura do texto

O trabalho de conclusão de curso terá o formato de texto impresso para revista com tamanho de texto previsto para 50 mil caracteres, acompanhado de fotos, infográficos e ilustrações. A reportagem abrirá com um dos depoimentos das entrevistadas, que mostre a violência sofrida apenas na fala destas mulheres. A previsão é de que a abertura tenha de 2 a 3 mil caracteres.

Posteriormente, a reportagem será dividida em quatro intertítulos, podendo aumentar conforme o número de entrevistadas e as informações obtidas. Como o trabalho será conduzido pelos depoimentos das fontes, os temas abordados terão ligação com o que for dito nas entrevistas, de forma que, com um número maior de entrevistadas e depoimentos, existe a possibilidade de se ampliar o número de retrancas.

A primeira retranca irá tratar do entendimento da deficiência e como foi o processo de se inserir na sociedade, ou seja, a descoberta de uma sociedade não-inclusiva e retratar os problemas que essas mulheres encontram.

Em uma segunda etapa, o tema principal entrará, contando as violências sofridas por estas mulheres, enquanto os dados mais objetivos, como pesquisas e números, serão inseridos em uma linguagem diferente da proposta com os depoimentos das fontes, também existindo a possibilidade destes serem representados a partir de ilustrações e infográficos. Também será pauta neste intertítulo a consciência dessas mulheres a respeito de seus direitos, e se elas sabiam que o que sofriam era crime.

O terceiro intertítulo servirá para tratar da maneira como essas mulheres procuraram ajuda – caso tenham feito isso, ou os motivos de terem abdicado do seu direito de pedir apoio. Também será comentada a maneira como elas foram atendidas em momentos de dificuldades. Esse momento terá abertura para abordar temas como o preconceito contra pessoas com deficiência (capacitismo) e as dificuldades de se viver em uma sociedade não inclusiva.

O objetivo é que se construa uma narrativa com elementos literários, entre descrição de ambientes, tom de voz de entrevistados e fluxos de pensamento, que proporcionem fluidez ao texto e auxilie na hora de interligar as histórias das fontes. Por fim, o último intertítulo trará de maneira geral um panorama da vida dessas mulheres e como elas vivem atualmente (após a violência - em casos de superação - ou como estão atualmente ainda sofrendo com abusos).

4. CRONOGRAMA

Período	Atividade
Julho/2017	Seleção de fontes, elaboração de roteiro de entrevistas, contato e agendamento de entrevistas
Agosto/2017	Entrevistas, decupagem das mesmas e início do rascunho do texto
Setembro/2017	Entrevistas extras, finalização do texto e início da diagramação. Revisão do rascunho do texto. Primeira entrega para a orientadora
Outubro/2017	Finalização da diagramação, edição de textos e imagens, correção juntamente da orientadora
Novembro/2017	Finalização e entrega para a banca

5. ORÇAMENTO

Atividade / Material	Quantidade	Custo
Gravador digital Sony	1	Empréstimo com o laboratório ou amigos
Pilhas descartáveis Sony	4	R\$ 34,90
Impressão de roteiros	-	R\$ 20
Câmera Fotográfica	1	Empréstimo com o laboratório ou amigos
Impressão de prévia para orientadora	1	R\$ 50
Impressão do material final	4	R\$ 200
TOTAL R\$ 304,90		

6. FINALIDADES

6.1 Produto jornalístico

Como dito anteriormente, o tema “deficiência” sofre com a carência de abordagem da mídia brasileira. Apesar do aumento dessa pauta nos últimos anos, elas ainda são sazonais e tendem a abordar de maneira simples o problema, empobrecendo as reportagens. Um dos fatores apontados como causa dessa carência de pautas é a dificuldade de um repórter abordar o tema sem reproduzir “lugares comuns”, preconceitos e a vitimização de pessoas com deficiência.

Outro problema apontado é a falta de diversidade de temas e fontes utilizadas nas reportagens, o que dificulta o desenvolvimento do senso crítico dos leitores e a prática de reflexões mais profundas acerca do tema (FALCO et al., 2003). Dessa forma, abordar uma nova intersecção, a violência de gênero juntamente da deficiência, é uma tentativa de expandir o olhar da mídia brasileira e permitir que leitores possam tomar conhecimento de um assunto dificilmente debatido.

Além disso, desenvolver esta pauta também é uma forma de auxiliar mulheres com deficiência que não conhecem os seus direitos ou têm medo de denunciar situações

por acreditarem que estas são consideradas normais. Pretende-se, com este trabalho, desenvolver algo similar ao que propõe os autores do livro *Mídia e Deficiência* (2003):

Cabe então a pergunta: porque essa inadequação dos depoimentos presentes nas matérias? Porque o fato de uma pessoa ser deficiente não garante que esteja consciente de seus direitos nem de seus deveres. E, nesse aspecto, caberia uma postura mais crítica e ativa dos jornalistas, divulgando conceitos atualizados e indagando, em face das declarações das fontes, se tais visões são compatíveis com a legislação brasileira ou com os tratados internacionais sobre os direitos humanos. Assim, poderiam colaborar com o processo de educação da sociedade e, inclusive, com a qualificação do discurso e a conscientização dessas próprias fontes. Elas têm revelado desconhecimento de seus direitos mais elementares (FALCO, et al., p. 48).

Em suma, pretende-se colaborar com a qualificação do discurso jornalístico a respeito do tema e demonstrar que é possível desenvolver pautas que sejam inclusivas e, ao mesmo tempo, contribuir com a conscientização das próprias fontes acerca de seus direitos.

6.2 Crescimento profissional

Considerando ser uma pauta desafiadora, visto a falta de referências no jornalismo, pretende-se, por meio do trabalho de conclusão de curso, desenvolver as técnicas e teorias aprendidas ao longo de quatro anos de graduação. Mesmo com o conhecimento na área de impresso adquirido dentro do curso de jornalismo, ainda é um grande desafio desenvolver uma reportagem com vasto conteúdo e número de caracteres, o que possibilitará tanto um amadurecimento profissional quanto pessoal.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BESSA, Priscila. **No Paparazzo, Marinalva revela já ter sido vítima de violência doméstica.** Disponível em: <<http://ego.globo.com/paparazzo/noticia/2017/04/no-paparazzo-marinalva-revela-ja-ter-sido-vitima-de-violencia-domestica.html>>. Acesso em: 02 maio 2017.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

FALCO, Aline et al. **Mídia e Deficiência**. Brasília: Fundação Banco do Brasil, 2003. Disponível em: <http://www.andi.org.br/sites/default/files/Midia_e_deficiencia.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.

GENTILLI, Victor. **Democracia de massas: jornalismo e cidadania**: O estudo sobre sociedades contemporâneas e o direito dos cidadãos à informação. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

INWWD. The International Network of Women with Disabilities. **Violência contra Mulheres com Deficiência**. Arquivos “Bárbara Faye Waxman Fiduccia. Sobre mulheres e meninas com deficiência.” Centro para Estudos de Políticas sobre Mulheres, 2011. Tradução: Romeu Kazumi Sassaki. Disponível em: <http://www.social.mg.gov.br/conped/images/conferencias/violencia_mulheres_deficiencia.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2017.

KOTSCHO, Ricardo. **A Prática da Reportagem**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1995.

LAGE, Nilson. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p.635-655, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300003&lng=pt&nrm=iso&tlng=en>. Acesso em: 09 abr. 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Relatório Mundial sobre a Deficiência**. São Paulo: Lexicus Serviços Lingüísticos, 2011. Título original: World report on disability 2011. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.sp.gov.br/usr/share/documents/RELATORIO_MUNDIAL_COMPLETO.pdf>. Acesso em: 02 maio 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres**. Geneva, 1993. Disponível em: <http://direitoshumanos.gddc.pt/3_4/IIIPAG3_4_7.htm>. Acesso em: 03 maio 2017.

_____. **Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência**. Disponível em: <http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convencao_pessoacomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 10 maio 2011.

PENA, Felipe. **Teoria do Jornalismo**. São Paulo. Editora Contexto: 2005.

WENDELL, Susan. **The Rejected Body**: feminism philosophical reflections on disability. Nova York: Routledge, 1996. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=tqQBIXUZE14C&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 05 maio 2017.

8. BIBLIOGRAFIA A SER LIDA

FUSER, Igor. **A arte da reportagem**. São Paulo: Scritta, 1996.

GESSER, Marivete. **Gênero, corpo e sexualidade: processos de significação e suas implicações na constituição de mulheres com deficiência**. 2010. 296 f. Tese (Doutorado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.tede.ufsc.br/teses/PPSI0399-T.pdf>>. Acesso em: 09 jun. 2017.

GUIRADO, Maria Cecília. **Reportagem: a arte da investigação**. São Paulo: Arte & Ciência, 2004.

MAHLHAUS, Carla. **Por trás da entrevista**. São Paulo: Record, 2007.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. 5ª Edição. São Paulo: Ática, 2008.

MOUKARZEL, M. G. M.. **Sexualidade e deficiência: superando estigmas em busca da emancipação**. Dissertação (Mestrado em Educação). Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2003.

NASCIMENTO, L. R. F. **Violência sexual contra mulheres deficientes mentais: a perspectiva dos profissionais que as atendem nas Organizações Não-Governamentais**. Monografia (Trabalho de conclusão de curso), Departamento de Serviço Social, UnB, 2007, 68 p.

RÉGIS, Hebe Cristina Bastos. **Mulheres com deficiência intelectual e a esterilização involuntária: de quem é esse corpo?** 2013. 288 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PPSI0573-D.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

WANDERER, Aline. **Violência intrafamiliar contra pessoas com deficiência: discutindo vulnerabilidade, exclusão social e as contribuições da psicologia**. Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde). Brasília: UnB, 2012, 171p.

9. ANEXOS

ANEXO A – DECLARAÇÃO DE ACEITE DO ORIENTADOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

TERMO DE ACEITE DO ORIENTADOR

Eu, *Daiane Bertasso Ribeiro*, professora do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, assumo a responsabilidade pela orientação, no semestre 2017/2, do Trabalho de Conclusão de Curso da aluna Ana Carolina Prieto Nogueira, matrícula 14102319, que tem como título provisório “Gênero e deficiência”.

Florianópolis, _____ de junho de 2017

DAIANE BERTASSO RIBEIRO
Número do SIAPE

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE USO DE LABORATÓRIO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO de Uso de Laboratório

Eu, Ivan Giacomelli, responsável pela Supervisão/Coordenação do Laboratório de Fotojornalismo, do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, declaro estar ciente de que a aluna Ana Carolina Prieto Nogueira, matriculada no Curso de Jornalismo, sob o número de matrícula 14102319, necessitará utilizar as dependências e os equipamentos disponíveis do referido Laboratório para uso no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), a ser realizado no período de junho a novembro de 2017. Como responsável pelo setor, comprometo-me a operacionalizar as demandas necessárias seguindo o cronograma previamente apresentado.

Florianópolis, _____ de junho de 2017.

Ivan Giacomelli
Número do SIAPE